

Processo nº: 21.483/2024

Fls: _____ Rubrica: _____

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. DA IDENTIFICAÇÃO DO DEMANDANTE

Solicitação feita através da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Rua Rio das Flores, nº 90, Porto Novo – Saquarema – CEP 28.991.227, órgão integrante da Prefeitura Municipal de Saquarema – RJ.

2. OBJETO:

O presente Termo de Referência tem como objeto contratação de empresa para registro de preço de locação de contêiner para atender a reforma do Hospital Municipal Porfirio Nunes de Azeredo.

CÓDIGO	OBJETO
25640 - Catser	<p>LOCAÇÃO DE MÓDULO AMBIENTE TIPO 1 - COMPOSTA POR CONTAINERS ACOPLADOS: Os módulos deverão seguir as seguintes dimensões mínimas (metros): Altura: 2,450m x Largura: 2,250m x Comprimento: 6,000m. Total de 13,5m2 cada módulo. Os módulos/praticáveis deverão possuir isolamento termoacústico e ser totalmente desmontáveis, possibilitando sua relocação. suas partes são definidas como: sistema de apoio e nivelamento dos praticáveis; painéis de teto; painéis de piso; painéis de fechamento; painéis portas; instalações elétricas; sistema de climatização(split) Sistema de proteção contra descarga atmosférica, Sistema de proteção contra incêndio; Sanitário químico.</p> <p>COMPOSIÇÃO: Porta de Alumínio branca com dimensões de (0,90m x 2,10m) e seus contornos com acabamentos em alumínio e fechadura; Janelas de correr de vidro 1,00 x 1,00 m; Ponto de lâmpada, no teto. led Luminária dupla 02 tomadas 110 ou 220V - 02 interruptores; Pisos revestidos com manta Vinílica; Paredes em painéis sanduíche com revestimento de 50 mm em EPS Antichama; Telhado em 02 águas sobre os módulos; Quadro de proteção Elétrica DR - Interruptor de fuga, preparação para aterramento; Instalação de Aparelho de Ar condicionado split com a capacidade mínima de 12.000 BTU; Teto revestido internamente em MDF + EPS antichama</p>
25640 - Catser	<p>LOCAÇÃO DE MÓDULO AMBIENTE TIPO 2 - COMPOSTA POR CONTAINERS ACOPLADOS: Os módulos deverão seguir as seguintes dimensões mínimas (metros): Altura: 2,450m x Largura: 2,250m x Comprimento: 6,000m. Total de 13,5m2 cada módulo. Os módulos/praticáveis deverão possuir isolamento termo-acústico e ser totalmente desmontáveis, possibilitando sua relocação. suas partes são definidas como: sistema de apoio e nivelamento dos praticáveis; painéis de teto; painéis de piso; painéis de fechamento; painéis portas; instalações elétricas; sistema de climatização(split) Sistema de proteção contra descarga atmosférica, Sistema de proteção contra incêndio; Sanitário químico.</p> <p>COMPOSIÇÃO:</p>

Processo nº: 21.483/2024

Fls:_____ Rubrica:_____

	03 Portas de Alumínio branca com dimensões de (0,90m x 2,10m); 02 portas duplas de Alumínio branca com dimensões de (1,80m x 2,10m); 01 porta dupla bag bang de Alumínio branca com dimensões de (1,40m x 2,10m) e seus contornos com acabamento em Alumínio, ferragens e fechaduras; Janelas com dimensões de (0,90m x 1,00 m) fixados diretamente nos painéis, esquadrias confeccionadas em alumínio na cor branca; 12 pontos de tomadas dupla; 03 pontos de tomadas para ar condicionado e cabeamento para toda parte elétrica; 05 interruptores de três seções; 20 luminárias de led duplas 2 x 36 watts; 05 luminárias de emergência; 01 quadro de elétrico composto de DR, com disjuntores para os circuitos de tomadas, de ar condicionados e de iluminação; Ar condicionado split 60 mil btus cada; lavabos; mesa de bancada em inox (1,50m x 0,60m); mesa de bancada em inox com duas cubas acopladas (1,50m x 0,60m); -torneiras.
25640 - Catser	LOCAÇÃO DE MÓDULO AMBIENTE TIPO 3 - COMPOSTA POR CONTAINERS ACOPLADOS - SANITÁRIOS: Os módulos deverão seguir as seguintes dimensões mínimas (metros): Altura: 2,450m x Largura: 2,250m x Comprimento: 6,000m. Total de 13,5m2 cada módulo; Os módulos/praticáveis deverão possuir isolamento termoacústico e ser totalmente desmontáveis, possibilitando sua relocação. suas partes são definidas como: sistema de apoio e nivelamento dos praticáveis; painéis de teto; painéis de piso; painéis de fechamento; painéis portas; instalações elétricas; sistema de climatização(split) Sistema de proteção contra descarga atmosférica, Sistema de proteção contra incêndio; Sanitário químico. COMPOSIÇÃO MÓDULO SANITÁRIO (MASCULINO): Módulo com 03 janelas basculantes, 03 pontos de iluminação, 01 porta de acesso, 06 vasos sanitários, 02 mictórios, 03 lavatórios e toda instalação elétrica e hidráulica até a saída da unidade. COMPOSIÇÃO MÓDULO SANITÁRIO (FEMININO): Módulo com 03 janelas basculantes, 03 pontos de iluminação, 01 porta de acesso, 06 vasos sanitários, 03 lavatórios e toda instalação elétrica e hidráulica até a saída da unidade

Obs.: Observa-se que os códigos fornecidos não estão de acordo com as especificações necessárias para identificação no catálogo ComprasNet, valerá as especificações contidas no termo de referência.

- 2.1. Os bens objetos desta contratação são caracterizados como **serviço de locação contínuo**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 2.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 2.3. A garantia consiste na prestação pela empresa, de todas as obrigações previstas na Lei no 8.078, de 11/09/1990 – Código de Defesa do Consumidor - e alterações subsequentes.

Processo nº: 21.483/2024

Fls: _____ Rubrica: _____

2.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

3. JUSTIFICATIVA

O Hospital Municipal Porphirio Nunes de Azeredo foi inaugurado em 1991 e atualmente sua infraestrutura está desatualizada e seus sistemas obsoletos em comparação com os padrões atuais de construção e tecnologia hospitalar. A construção desta unidade hospitalar precede em alguns anos a edição da resolução RDC – 50, emanada pela ANVISA, que data de 21 de fevereiro de 2002.

Para além disso as normas e regulamentos relacionados à segurança, acessibilidade, prevenção de incêndios, entre outros aspectos, foram atualizados, sendo necessário seu atendimento.

Por sua vez, não podemos nos furtar de observar o crescimento da população de Saquarema, conforme informação extraída do sítio eletrônico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE - <https://www.ibge.gov.br/>, houve um crescimento de 20% entre o censo realizado em 2010 (população 73.796) e o de 2022 (população de 88.755), situação que vem aumentando paulatinamente o número de atendimentos dessa unidade hospitalar.

Neste contexto, cabe lembrar que o Hospital Municipal Porphirio Nunes de Azeredo é um hospital de porta aberta, que oferece atendimento médico imediato e sem a necessidade de agendamentos prévios ou encaminhamentos, facilitando o acesso dos pacientes aos cuidados médicos, especialmente em emergências/urgência, mitigando as possíveis gravidades acometidas a cada cidadão.

Não se pode olvidar, que o equipamento é de extrema importância, não só para os munícipes de Saquarema, como também das cidades vizinhas, haja vista só haver hospitais municipais do tipo porta aberta na Região da Baixada Litorânea nas cidades de Armação dos Búzios, Arraial do Cabo e Cabo Frio. Por este motivo o Município de Saquarema acaba recebendo uma demanda dos municípios vizinhos.

Além disso, Saquarema é uma cidade com grande vocação turística e por consequência temos grande flutuação da população. Ademais, também não há dúvidas de que a idade do prédio impõe por si só a intervenção para fazer as melhorias necessárias em função do desgaste produzido pelo uso.

Ante ao exposto, foi elaborado um projeto para reforma e modernização do Hospital Municipal Porphirio Nunes de Azeredo, localizado à Rua Adolfo Bravo, n. 197, no Distrito de Bacaxá, Saquarema/RJ, nos autos do processo administrativo número 6.214/2023, que se encontra atualmente em fase de execução.

A empresa contratada para a reforma identificou e notificou através de Carta de Solicitação, conforme anexo, a necessidade de realocação dos setores de atendimento básico para um local secundário que seja próximo ao Hospital, não interferindo na qualidade e tempo de atendimento, uma vez que com o início das obras os setores estão sendo ocupados com material, além de afetar o conforto dos pacientes que estão sendo incomodados com ruídos, vibrações de impacto, poeira e restrições de acessos. A empresa afirma ainda não estar conseguindo fazer as devidas inspeções estruturais necessárias, podendo ocasionar atrasos no cronograma da obra.

Para que isso aconteça, é necessário que o fluxo de pronto-atendimento do HMPNA seja deslocado para um outro local próximo, durante o período de obras, para que todas as demandas sejam

Processo nº: 21.483/2024

Fls: _____ Rubrica: _____

atendidas corretamente, de forma a não causar prejuízos de qualquer natureza aos usuários deste nosocômio, capaz de atender provisoriamente a população de forma adequada e oportuna, tendo em vista que o Hospital está em processo de reforma e modernização, conforme explicitado acima.

4. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

- 4.1.** A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 4.2.** O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual 2024 uma vez que, a Administração Municipal adotou para o exercício de 2023 a lei Federal 8.666/1993 para realização dos processos licitatórios, motivo pelo qual não havia regulamento a respeito do Plano de Contratações Anual. Por isso não foi elaborado o Plano de Contratações Anual, que passou a ser exigência a partir da NLLC nº 14.133/2021.
- 4.3.** Assim, foi possível identificar a viabilidade do objeto, no entanto, não se vislumbra o parcelamento do objeto.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 5.1.** A que atende aos requisitos estabelecidos é a contratação de empresa para locação de contêineres temporários, incluindo instalação, manutenção, montagem e desmontagem.
- 5.2.** O fornecedor será selecionado por meio da proposta mais vantajosa.
- 5.3.** Quanto à instalação do equipamento, sendo feita pela empresa contratada, requer-se a apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica, ou documento equivalente, emitida por profissional habilitado, com registro no conselho correspondente. Será exigida, igualmente, a comprovação de execução de serviço similar.
Pela empresa contratada fica responsável:
- 5.4.** Quanto à desmontagem do equipamento, planejamento do desmonte, elaboração de um plano detalhado que especifica a ordem de desmontagem e os recursos necessários (equipamentos, mão de obra e transporte).
- 5.5.** Desligamento de serviços de utilidades domésticas (eletricidade, climatização, ventilação, água e sistemas de esgoto).
- 5.6.** Limpeza e verificação final do local para garantir que sejam deixadas em condições adequadas e seguras com o retorno do terreno locado às condições originais.
- 5.7.** Todos os serviços relativos à presente contratação referem-se à locação de containers de módulos habitacionais para instalações provisórias de unidades hospitalar, incluindo sua climatização, sinalização, combate a incêndio, instalações e divisórias, bem como a manutenção preventiva e corretiva.
- 5.8.** Manutenções preventivas (esquadrias, hidráulica, elétrica, sistema de desinfecção e etc.) trimestralmente de todos os containers locados;
- 5.9.** Manutenções corretivas, sempre que necessário, sem limite de chamados, que deverão ser atendidas no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir da abertura do chamado.

Processo nº: 21.483/2024

Fls: _____ Rubrica: _____

- 5.10.** Os equipamentos cujos defeitos não possam ser sanados no local, deverão ser substituídos no prazo de 48 (quarenta e oito) horas a partir da abertura do chamado.
- 5.11.** Os serviços serão realizados (sob demanda), sendo ele preventivo ou corretivo, inclusive de caráter emergencial, de acordo com a solicitação da CONTRATANTE.
- 5.12.** A CONTRATADA deverá informar, para cada tipo de serviço, quais os prazos mínimos e máximos para a efetiva execução e finalização dos serviços.
- 5.13.** A CONTRATADA será responsável pela instalação e manutenção dos containers de módulos habitacionais para a unidade hospitalar.

6. ATA DE REGISTRO DE PREÇO

- 6.1.** A Ata de Registro de Preço terá validade de 12 (doze) meses, prorrogável por igual período;
- 6.2.** Para a formalização da ATA de Registro de Preços, foi considerado o projeto da planta constante no Anexo I, levando-se em conta um percentual de 10% de acréscimo sobre o quantitativo previsto. Esse percentual tem como objetivo cobrir eventuais necessidades de expansão ou ajustes na planta, conforme o andamento da obra ou reforma no Hospital Municipal Porphírio Nunes de Azeredo (HMPNA). A inclusão deste acréscimo visa garantir a flexibilidade necessária para atender a possíveis demandas imprevistas que possam surgir durante a execução dos trabalhos, assegurando a continuidade e a qualidade da obra.

7. PRAZO

- 7.1.** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses a partir da data de assinatura da ordem de início, de acordo com o disposto no art. 106 da Lei nº 14.133, de 2021, prorrogável sucessivamente, respeitando a vigência máxima decenal estabelecida no art. 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.2.** O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, prorrogável por até 60 (sessenta) meses.

8. REAJUSTE

- 8.1.** O reajustamento dos preços referidos nesta contratação poderá ser processado anualmente, sendo concedido depois de transcorrido 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta pela Contratada. O índice de reajuste será de acordo com o IPCA dos últimos 12 (doze) meses.

9. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 9.1.** Os equipamentos fornecidos deverão estar em conformidade com as normas técnicas nacionais e internacionais de segurança e qualidade, como as estabelecidas pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) ou pela ISO (International Organization for Standardization).
- 9.2.** A licitante vencedora deverá providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar inclusos no preço proposto todas as despesas com materiais, insumos, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega do objeto.

Processo nº: 21.483/2024

Fls: _____ Rubrica: _____

- 9.3. Na proposta deverá ser descrito as especificações sobre materiais, construção e desempenho, bem como a garantia de durabilidade, segurança e funcionalidades dos equipamentos;
- 9.4. A empresa contratada deverá responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, cumprindo evidentemente as disposições legais que interfiram em sua execução;
- 9.5. Possuir condições financeiras, técnicas e operacionais para a prestação dos serviços nas sedes dos participantes e do gerenciador desta licitação;
- 9.6. A contratada deve possuir todas as licenças e autorizações necessárias para operar legalmente;
- 9.7. A contratada deve cumprir integralmente as normas trabalhistas vigentes no Brasil, garantindo condições adequadas de trabalho para seus funcionários;
- 9.8. A contratada deverá atender Infraestrutura Básica de Atendimento;
- 9.9. Necessário revestimento interno e externo que permita fácil higienização e desinfecção;
- 9.10. Adequação aos requisitos de acessibilidade conforme a legislação vigente (como a ABNT NBR 9050), permitindo acesso fácil para pessoas com mobilidade reduzida;
- 9.11. Deverá ser instalada em local indicado pela Secretaria para facilitar a transferência de pacientes, comunicação entre equipes e transporte de materiais;
- 9.12. Espaço suficiente para áreas de triagem e consultórios;
- 9.13. Possuir instalações sanitárias adequadas;
- 9.14. Possuir climatização adequada, que é fundamental para o conforto de pacientes e profissionais;
- 9.15. Possuir fonte de energia segura e contínua, com geradores de emergência disponíveis para garantir que os equipamentos médicos funcionem sem interrupção;
- 9.16. Possuir infraestrutura de iluminação;
- 9.17. Permitir instalação de sistema de Comunicação e Rede;
- 9.18. Oferecer rapidez na montagem dos contêineres;
- 9.19. Oferecer elaboração de plano detalhado com o planejamento da montagem e desmonte dos recursos necessários (equipamentos, mão de obra e transporte);
- 9.20. Devem ser observadas, quando couber, as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA e da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e as recomendações da Organização Mundial da Saúde – OMS.

Os requisitos da contratação também abrangem o seguinte:

- 9.21. Possuir experiência na prestação dos serviços demandados;
- 9.22. Possuir condições técnicas e operacionais para a prestação dos serviços;
- 9.23. A contratada assumirá a responsabilidade por todos os itens componentes da licitação, inclusive seus consumíveis, mitigando-se riscos, racionalizando-se e aproveitando os recursos de forma eficiente, e desonerando-se a fiscalização e a gestão contratual;
- 9.24. A CONTRATADA deverá realizar os serviços de adequação do local, para possibilitar a implantação e instalação dos containers, com fornecimento de mão-de-obra e equipamentos necessários, bem como a montagem e posteriormente as devidas manutenções;
- 9.25. Manutenções preventivas (esquadrias, hidráulica, elétrica, sistema de desinfecção e etc.) trimestralmente de todos os containers locados;
- 9.26. Manutenções corretivas, sempre que necessário, sem limite de chamados, que deverão ser atendidas no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir da abertura do chamado;

Processo nº: 21.483/2024

Fls: _____ Rubrica: _____

- 9.27.** Seguir normas e padrões técnicos que regulamentam e fiscalizam todo o desenvolvimento da construção, normativos, legislação e demais normas vigentes e aplicáveis a construção de containers habitáveis;
- 9.28.** Deverão ser entregues com toda parte elétrica instalada, atendendo a NBR 5410:2004 da ABNT, esgoto, água e com aparelhos de ar condicionado nos ambientes, divisões internas, portas e janelas, prontos para uso;
- 9.29.** Os materiais necessários para a implantação, assim como, os necessários para as ligações básicas deverão ser fornecidos pela CONTRATADA, em caso de necessidade, sendo responsabilidade da mesma a interconexão com os sistemas existentes de fornecimento;
- 9.30.** No que se refere a Sistema de Proteção por Extintores de Incêndio, devem ser observadas as disposições da Nota Técnica do Corpo de Bombeiros Militar do Rio de Janeiro (NT 02-1 de 2020), com relação a sua disposição e localização nos ambientes.
- 9.31.** A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pela guarda, segurança e proteção de todos seus instrumentos, ferramentas e equipamentos até o término dos serviços.
- 9.32.** A CONTRATADA deverá disponibilizar materiais, equipamentos, ferramentas, utensílios, produtos e mão de obra em quantidades e qualidades indispensáveis para a perfeita execução dos serviços, nas áreas internas e externas dos locais indicados pela CONTRATANTE, vedada a alegação, em qualquer caso, da falta de equipamentos, materiais ou insumos;
- 9.33.** A CONTRATADA deverá providenciar a aquisição dos materiais em tempo hábil para a execução dos serviços, de acordo com a ordem de serviço e cronograma emitidos pelo fiscal do contrato. A fiscalização não aceitará a alegação de atraso dos serviços devido ao não fornecimento tempestivo dos materiais pelos fornecedores.
- 9.34.** Todos os serviços/procedimentos, que venham ser realizados, devem ser executados seguindo os padrões de segurança, de acordo com a NR 18, que tem o objetivo de estabelecer diretrizes de ordem administrativa, de planejamento e de organização, que visam à implementação de medidas de controle e sistemas preventivos de segurança nos processos, nas condições e no meio ambiente de trabalho na indústria da construção; bem como devem seguir as normativas da NR 6, que estabelece os requisitos para aprovação, comercialização, fornecimento e utilização de Equipamentos de Proteção Individual – EPI, e ainda, as normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE;
- 9.35.** Os ambientes previstos na unidade hospitalar deverão ainda estar em concordância com o descrito no Manual de Acessibilidades em Unidades Básicas de Saúde e outras normas do Ministério da Saúde, ANVISA e Ministério dos Direitos Humanos.
- 9.36.** Em relação a ventilação dos ambientes, deve-se examinar o que diz respeito a NBR 7256:2022 da ABNT, no que se refere a tratamento de ar em estabelecimentos assistenciais de saúde (EAS), que apresenta os requisitos para o projeto e a execução desse tipo de instalação.
- 9.37.** Também deve ser observada a RDC MS/ANVISA nº 51/2011, que dispõe sobre os requisitos mínimos para análise, avaliação e aprovação dos projetos físicos de estabelecimentos de saúde no Sistema Nacional de Vigilância Sanitária – SNVS.
- 9.38.** Deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento das recomendações voltadas para sustentabilidade ambiental, de acordo com o Art. 225 da Constituição Federal/88;

Processo nº: 21.483/2024

Fls: _____ Rubrica: _____

- 9.39.** Seguir os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, e principalmente ampla e irrestrita transparência processual no processo de escolha da solução que mais se adequa à demanda identificada pelo Órgão;
- 9.40.** A contratada deverá manter-se em dia com as seguintes certidões: Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas- CNBT; Certificado de Regularidade do FGTS- CRF; Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e a Dívida Ativa da União; Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;
- 9.41.** A solução deve estar em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021 e observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

10. ENTREGA E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 10.1.** A empresa CONTRATADA, para a execução das obras, deverá apresentar a ART sobre os serviços executados (montagem/desmontagem e da locação dos containers);
- 10.2.** Deverá fornecer todos os elementos necessários ao cumprimento do objeto contratual;
- 10.3.** Endereço da execução contratual: Rua Oscar Ferreira da Costa, 0 - Bacaxá, Saquarema, RJ;
- 10.4.** Horário da execução contratual de 08hr as 17hr;
- 10.5.** Os serviços deverão ser executados por profissionais qualificados e habilitados, sob a supervisão direta da CONTRATADA, obedecendo rigorosamente aos procedimentos previstos neste instrumento;
- 10.6.** Os empregados da CONTRATADA deverão se apresentar para a realização dos serviços uniformizados e portando documento de identificação. Além disso, deverão obrigatoriamente utilizar equipamentos de proteção individual (EPI's) durante a manipulação e aplicação dos produtos;
- 10.7.** Executar as instalações de acordo com as determinações e especificações dos projetos arquitetônicos e demais projetos, devendo observar as plantas, detalhes, especificações, e quaisquer outras informações disponibilizadas.
- 10.8.** Adequação do espaço físico e suas instalações complementares para implantação da base operacional: em até **15** dias após a assinatura do contrato (1ª medição) (POR CONTA DA PMS)
- 10.9.** Equipamento (Transporte + Montagem): em até **15** dias após a conclusão da adequação do espaço. (2ª medição);
- 10.10.** Base Operacional completa: em até **20** dias após a entrega (4ª medição).
- 10.11.** Do Prazo de garantia: 12 meses de garantia para defeitos de fabricação e montagem a partir da entrega total dos Equipamentos.

Processo nº: 21.483/2024

Fls: _____ Rubrica: _____

11. DO ARMAZENAMENTO:

11.1. A Contratada tomará todas as providências para o perfeito armazenamento e respectivo acondicionamento dos materiais, a fim de preservar a sua natureza, evitando a mistura com elementos estranhos. No tocante ao armazenamento dos materiais necessários à confecção do concreto, a Contratada deverá obedecer rigorosamente às Normas Técnicas da ABNT, e mais as recomendações desta Especificação.

12. DOCUMENTAÇÃO:

12.1. Acompanhar a nota fiscal e outros documentos que comprovem a origem e a rastreabilidade dos produtos.

12.2. Verificar se o fornecedor possui certificações de qualidade e conformidade com a legislação vigente.

13. SUSTENTABILIDADE

13.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial;

13.2. O objeto a ser instalado, bem como os materiais utilizados na instalação, deverão atender, no que couber, os critérios de sustentabilidade previstos no art. 5º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, a saber:

I – Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR 15448-1 E 15448-2;

II – Que sejam observados os requisitos ambientais para obtenção de certificado do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III – Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

IV – Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

13.3. Ainda, o objeto a ser adquirido deve cumprir com o disposto no art. 3º da Instrução Normativa nº 02, de 04 de junho de 2014.

14. SUBCONTRATAÇÃO

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

15. DAS CONDIÇÕES DE GARANTIA DO OBJETO / DA VALIDADE DO OBJETO

15.1. Desta forma a fim de definição:

Processo nº: 21.483/2024

Fls: _____ Rubrica: _____

Garantia

A garantia é um direito de reclamação do consumidor. É a cobertura que um produto ou serviço tem para cobrir defeitos ou problemas. A garantia legal é obrigatória para todos os produtos e dá ao consumidor um prazo para reclamar de eventuais problemas, como defeitos e vícios ocultos. O prazo de garantia é contado a partir da entrega do produto. A garantia não cobre danos ou desgaste causados pelo uso normal do produto.

Manutenção preventiva

É um conjunto de ações planejadas e programadas com antecedência, que visam evitar problemas que possam interromper o processo produtivo. É baseada em um cronograma fixo e em um cálculo de vida útil e histórico de funcionamento dos equipamentos.

Manutenção corretiva

É realizada quando um equipamento já está com um problema e precisa ser reparado. A manutenção corretiva pode ser emergencial e não planejada, e muitas vezes envolve a substituição de peças danificadas;

Da visita técnica

- 15.2. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por empregado designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, em dias úteis, das 10h às 16h, com posterior emissão do Certificado de Visita Técnica, sendo concedidos 15 min. (quinze minutos) de tolerância para atrasos, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo e-mail: fms@saquarema.rj.gov.br
- 15.3. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública;
- 15.4. Para a vistoria o licitante, ou seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando o documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 15.5. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
- 15.6. Será realizada individualmente a visita técnica com os licitantes interessados, a fim de evitar que o universo de concorrentes seja conhecido antes da licitação.
- 15.7. As empresas interessadas poderão dispensar a visita técnica, desde que assim o declarem e em hipótese alguma poderá ser alegado desconhecimento, incompreensão, dúvida ou esquecimento das cláusulas e condições do contrato e das especificações técnicas ou de qualquer documento parte desta contratação.

16. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

- 16.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Processo nº: 21.483/2024

Fls: _____ Rubrica: _____

17. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 17.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 17.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 17.3.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 17.4.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 17.5.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

18. FISCALIZAÇÃO

- 18.1.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput e Decreto Municipal 2.722/2024 de 10 de janeiro de 2024).

Fiscalização Técnica

- 18.2.** O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 2.722, de 2024, art. 18, II);
- 18.3.** O fiscal técnico do contrato prestará apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências. (Decreto nº 2.722, de 2024, art. 21, I)
- 18.4.** O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 2.722, de 2024, art. 21, II);
- 18.5.** Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 2.722, de 2024, art. 21, III);
- 18.6.** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 2.722, de 2024, art. 21, IV).
- 18.7.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 2.722, de 2024, art. 21, V).

Processo nº: 21.483/2024

Fls: _____ Rubrica: _____

- 18.8.** O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 2.722, de 2024, art. 21, VII).
- 18.9.** O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato referido no art. 24, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (Decreto nº 2.722, de 2024, art. 21, X).

Fiscalização Administrativa

- 18.10.** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 22, I e II, do Decreto nº 2.722, de 2024).
- 18.11.** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 2.722, de 2024, art. 22, IV).

Gestor do Contrato

- 18.12.** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 2.722, de 2024, art. 20, IV).
- 18.13.** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 2.722, de 2024, art. 20, II).
- 18.14.** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 2.722, de 2024, art. 20, III).
- 18.15.** O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 2.722, de 2024, art. 20, VIII).
- 18.16.** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o

Processo nº: 21.483/2024

Fls: _____ Rubrica: _____

art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 2.722, de 2024, art. 20, X).

18.17. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 2.722, de 2024, art. 20, VI).

18.18. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

19. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

19.1. O fornecimento deverá ser rigorosamente de acordo com a descrita no Termo de Referência, não sendo aceito em nenhuma hipótese, outro diverso daquele.

19.2. Os preços cotados incluem as despesas de custo, como: seguro, encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas ou de qualquer outra natureza.

19.3. Durante a Vigência do contrato, a CONTRATADA deverá atender prontamente às requisições e especificações deste TERMO DE REFERÊNCIA, a partir da solicitação através de ordem de fornecimento do Setor solicitante.

19.4. Responsabilizar-se pela saúde dos funcionários, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais, fiscais, quer municipais, estaduais ou federais, bem como pelo seguro para garantia de pessoas e equipamentos sob sua responsabilidade, devendo apresentar, de imediato, quando solicitados, todos e quaisquer comprovantes de pagamento e quitação.

19.5. Responder integralmente pelas obrigações contratuais, nos termos do art. 70 do Código de Processo Civil, no caso de, em qualquer hipótese, os empregados da CONTRATADA intentarem reclamações trabalhistas contra a Contratante.

19.6. Obrigar-se pela seleção, treinamento, habilitação, contratação, registro profissional de pessoal necessário, bem como pelo cumprimento das formalidades exigidas pelas Leis Trabalhistas, Sociais e Previdenciárias.

19.7. Responsabilizar-se por qualquer acidente do qual possam ser vítimas seus empregados, no desempenho do objeto do presente Contrato.

19.8. Manter, na direção da confecção dos produtos, representante ou preposto capacitado idôneo que a represente, integralmente, em todos os seus atos.

19.9. Apresentar, no caso de pessoa jurídica, a cada pagamento, quando houver fornecimento de material, a quitação para com a Seguridade Social (CND) e FGTS.

19.10. Responsabilizar-se por todos os encargos sociais e trabalhistas.

19.11. Não prestar declarações ou informações sem prévia autorização por escrito da CONTRATANTE a respeito do presente contrato e dos fornecimentos a ele inerentes;

19.12. Cumprir os fornecimentos conforme disposições do presente contrato;

19.13. Indenizar quaisquer danos ou prejuízos causados à Prefeitura ou a terceiros, por ação ou omissão no fornecimento do presente Contrato.

19.14. Prestar as informações e esclarecimentos sempre que solicitados pela Contratante.

19.15. A nota fiscal deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais emitidas com outros CNPJs.

Processo nº: 21.483/2024

Fls: _____ Rubrica: _____

- 19.16.** Ter em seu estoque o quantitativo suficiente para atender as necessidades da contratante.
- 19.17.** Responsabilizar-se pela qualidade, quantidade e resistência dos materiais fornecidos, que deverão ser novos e de primeira qualidade.
- 19.18.** Deverá entregar o objeto do contrato, acompanhado de documento na qual constará as indicações referentes a descrição do produto fornecido e prazos de garantia e validade.
- 19.19.** O contratado deverá apresentar ao final do período mensal Nota Fiscal com total dos produtos fornecidos no Fundo Municipal de Saúde, que efetuará a conferência dos valores faturados em conformidade com as Ordens de Serviço / Fornecimento emitidos;
- 19.20.** O contratado deverá prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Administração, durante a execução do contrato.
- 19.21.** Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições exigidas;
- 19.22.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

Responsabilidade fiscal

- 19.23.** A contratada deverá manter-se em dia com as seguintes certidões: Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas- CNBT; Certificado de Regularidade do FGTS- CRF; Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e a Dívida Ativa da União; Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS.
- 19.24.** A empresa deverá possuir no seu quadro, após a assinatura do contrato, profissional de nível superior ou técnico: CREA/CAU: Engenheiro Civil e Engenheiro Eletricista CRT: Técnico Eletricista / Técnico Eletrotécnica / Técnico Eletrônica;

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 20.1.** Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear a prestação.
- 20.2.** Acompanhar, controlar e avaliar a entrega dos produtos, através da unidade responsável por esta atribuição.
- 20.3.** Zelar para que durante a vigência do contrato, sejam cumpridas as obrigações assumidas com a Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na prestação.
- 20.4.** Serão considerados para efeito de pagamento os documentos enviados pelos responsáveis pela fiscalização dos fornecimentos realizados na Secretaria, afirmando ter sido realizado as entregas de acordo com este Termo de Referência e Contrato;
- 20.5.** Acompanhar e fiscalizar o fornecimento dos bens e ou materiais, segundo os cronogramas estimados e efetuar os pagamentos nas condições, prazos e preços pactuados.
- 20.6.** Designar servidores da PMS para acompanhar e fiscalizar o objeto a ser contratado e para atestar o recebimento do objeto, nos termos do edital.
- 20.7.** Reservar à fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no presente edital e tudo o mais que se relacione com a futura execução contratual, desde que não acarrete ônus para a PMS ou modificação das obrigações.
- 20.8.**

Processo nº: 21.483/2024

Fls: _____ Rubrica: _____

- 20.9.** Efetuar o(s) pagamento(s) à empresa contratada de acordo com as condições de preço e prazo(s) estabelecidos neste termo e eventual edital
- 20.10.** Promover o acompanhamento e fiscalização da execução do objeto a ser contratado, de forma que sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 20.11.** Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado no edital de licitação respectivo.
- 20.12.** Informar a Contratada sobre as normas e procedimentos de acesso às suas instalações para a entrega dos materiais e as eventuais alterações efetuadas em tais preceitos;
- 20.13.** Comunicar, por escrito, a Contratada, quaisquer irregularidades verificadas no fornecimento dos materiais, solicitando a substituição de mercadoria defeituosa ou que não esteja de acordo com as especificações deste Termo de Referência;
- 20.14.** Proporcionar as condições para que a contratada possa cumprir as obrigações pactuadas.

21. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

- 21.1.** Por meio do agente de fiscalização técnica, deverá receber o objeto do presente Contrato:
- a) Provisoriamente: em 3(três) dias úteis, a contar da comunicação da CONTRATADA, para a avaliação do objeto, sem representar qualquer tipo de aceite ou consideração sobre o adimplemento das obrigações pela CONTRATADA;
 - b) Parcialmente: em até 5 (cinco) dias úteis do cumprimento do evento, relativo a etapas ou parcelas do objeto, definidas no contrato ou nos documentos que lhe integram, representando aceitação da execução da etapa ou parcela.
 - c) Definitivamente: em 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação da CONTRATADA, relativo à integralidade do Contrato, com a lavratura do Termo de Recebimento Definitivo, representando aceitação da integralidade do Contrato e liberação da CONTRATADA tocante a vícios aparentes.
- 21.2.** A recepção e aceitação dos bens não exclui a responsabilidade civil pela qualidade, segurança e integridade dos bens, nem a ético-profissional pela perfeita execução deste Contrato.
- 21.3.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 21.4.** O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 21.5.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Processo nº: 21.483/2024

Fls: _____ Rubrica: _____

Liquidação

- 21.6.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 21.7.** O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 21.8.** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- O prazo de validade;
 - A data da emissão;
 - Os dados do contrato e do órgão contratante;
 - O período respectivo de execução do contrato;
 - O valor a pagar; e
 - Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 21.9.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 21.10.** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 21.11.** A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).
- 21.12.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 21.13.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 21.14.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 21.15.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Processo nº: 21.483/2024

Fls: _____ Rubrica: _____

Prazo de pagamento

- 21.16.** O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias, contados a partir de adimplemento a que se referir, mediante a Nota Fiscal/Fatura que deverá ser apresentada pela Contratada, atestada e visada por 2 (dois) servidores da Secretaria requisitante responsáveis pelo recebimento.
- 21.17.** O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

Forma de pagamento:

- 21.18.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 21.19.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 21.20.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 21.21.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 21.22.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

22. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

- 22.1.** O fornecedor será selecionado por meio da proposta mais vantajosa, por meio de Pregão Eletrônico, para **REGISTRO DE PREÇO** com o critério de **MENOR PREÇO ITEM** do qual será necessário a discriminação do valor do item a item.

Forma de fornecimento

- 22.2.** O fornecimento do objeto será parcelado de acordo com a demanda correspondente as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

Exigências de habilitação

- 22.3.** Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:
- 22.4.** No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

Processo nº: 21.483/2024

Fls: _____ Rubrica: _____

- 22.5.** Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.
- 22.6.** No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.
- 22.7.** Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência.
- 22.8.** No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.
- 22.9.** Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País.
- 22.10.** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 22.11.** CPF e Cédula de Identidade do proprietário, diretores ou sócios, caso estes não constem relacionados nos documentos acima.

22.12. Regularidade fiscal e trabalhista:

- 22.12.1** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.
- 22.12.2** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 22.12.3** Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos relativos à Regularidade Fiscal perante a Receita Estadual acompanhada da Certidão Negativa de Dívida Ativa, emitida pelo órgão próprio da Procuradoria Geral do Estado.
- 22.12.4** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
- 22.12.5** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 22.12.6** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- 22.12.7** Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

Processo nº: 21.483/2024

Fls: _____ Rubrica: _____

22.12.8 caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

22.13. Qualificação Econômico-Financeira:

22.13.1 Certidão negativa de Falência ou Concordata ou Insolvência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, emitidas até 90 (noventa) dias da data estabelecida no preâmbulo deste Edital, exceto quando dela constar o prazo de validade.

22.13.2 No caso de as certidões apontarem a existência de algum fato ou processo relativo à solicitação de falência ou concordata, a empresa deverá apresentar a certidão emitida pelo fórum competente, informando em que fase se encontra o feito em juízo.

22.13.3 Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

22.13.4 A licitante sediada em outra Comarca ou Estado deverá apresentar, juntamente com as certidões exigidas, declaração passada pela autoridade judiciária de sua comarca, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registro que controlam a distribuição de falência ou concordatas, ou a Certidão dos Cartórios da Comarca para fins de Licitação Pública, exceto se a empresa estiver sediada no Município de Saquarema.

22.13.5 Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, acompanhados dos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário, o qual deverá estar devidamente registrado na Junta Comercial ou no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas da sede ou domicílio da empresa, ou ainda, pelo Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

22.13.5.1 Serão considerados aceitos, como na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

I. Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (Sociedade Anônima):

- Publicados em Diário Oficial; ou
- Publicados em jornal de grande circulação; ou
- Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.
- Por meio de registros do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

II. Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):

- Por fotocópia do Livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente; ou
- Por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

Processo nº: 21.483/2024

Fls: _____ Rubrica: _____

III. Sociedade criada no exercício em curso:

- Fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante, ou
- Por meio de registros do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

IV. Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº 123/06:

- Por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registradas ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

V. As empresas optantes ou submetidas ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) apresentarão o balanço patrimonial na forma da lei e das Instruções Normativas da Receita Federal do Brasil, que tratam de Escrituração Contábil Digital (ECD), sendo que a autenticação do balanço patrimonial em formato digital será comprovada por meio do recibo de entrega emitido pelo Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), quando do envio da Escrituração Contábil Digital (ECD), nos termos do §1º do art. 78-A do Decreto Federal nº 1.800/96, incluído pelo Decreto Federal nº 8.638/16, e art. 2º do Decreto Federal nº 9.555/18.

22.13.6 Comprovação da boa situação financeira da empresa que será baseada na obtenção dos Índices de Liquidez Geral (ILG), Índice de Solvência Geral (ISG) e Índice de Liquidez Corrente (ILC), devendo ser demonstrados pelos licitantes e assinados por seus contadores devidamente registrado no CRC podendo ser utilizado o modelo (Anexo V – Análise Econômico-financeira), através das fórmulas abaixo. Para ser considerada habilitada a empresa deverá possuir os seguintes resultados:

Liquidez Geral (ILG) = índice maior ou igual a 1,00.

Solvência Geral (ISG) = índice maior ou igual a 1,00.

Liquidez Corrente (ILC) = índice maior ou igual a 1,00.

Fórmulas

$ILG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$

ILG = ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL

AC = Ativo Circulante

RLP = Realizável à Longo Prazo

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível à Longo Prazo

$ISG = AT / (PC + ELP)$

ISG = ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL

AT = Ativo Total

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível à Longo Prazo

$ILC = AC / PC$

ILC = ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

Processo nº: 21.483/2024

Fls: _____ Rubrica: _____

22.13.7 Caso a licitante não apresente os índices na forma do item 22.13.6, deverá apresentar Prova de possuir capital social mínimo devidamente integralizado ou Patrimônio Líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor total máximo estimado pela administração, admitida a atualização para a data da apresentação da proposta através de índices oficiais. A comprovação será obrigatoriamente feita pelo Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor e devidamente registrado, ou pelo Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, na forma da Lei.

Qualificação Técnica

- 22.14 Quanto à capacitação técnico-operacional: Apresentar um ou mais Atestado de Capacidade Técnica, em nome do licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter o licitante atestando que forneceu produtos/serviços semelhantes aos do objeto desta licitação, compatíveis e pertinentes com o objeto desta licitação, contendo ainda, as seguintes especificações: nome da pessoa jurídica de direito pública ou privada para a qual forneceu os produtos/serviços, período de realização, localidade com a assinatura, que comprove ter a licitante cumprido de forma satisfatória a execução de objeto compatível ou com complexidade igual ou superior ao especificado no TERMO DE REFERÊNCIA deste edital, com clara menção do produto e execução bem sucedida, quanto ao cumprimento de prazos, especificações e qualidade dos mesmos. A documentação apresentada deverá conter informações que permitam contatar a empresa atestante para fins de aferição. Em se tratando de atestado emitido por entidade pública, este deverá conter o nome do funcionário e matrícula, e, de empresa privada, deverá constar o nome do emitente, carteira de identidade e CPF
- 22.15 a) No Atestado de Capacidade Técnica deverá constar o nome do atestante, endereço e telefone da pessoa jurídica ou qualquer outra forma que possa valer-se para manter contato com a empresa declarante, possibilitando ao Pregoeiro o poder de diligência, na formado que dispõe o art. 62, da Lei de Licitações.
- 22.16 a1) Havendo dúvidas fundadas do Pregoeiro em relação aos atestados de capacidade técnica apresentados, poderá exigir documentos que comprovem a contratação indicada, sob pena de inabilitação do licitante.
- 22.17 a2) Os atestados de capacidade técnica estarão sujeitos à diligência para averiguar, através de visita técnica ou análise do contrato firmado entre o emitente do atestado e a Licitante, a autenticidade das informações. Se durante esse processo for constatada fraude em qualquer documento, a Licitante envolvida estará automaticamente desclassificada do processo licitatório em questão e estará sujeita às penalidades da Lei;
- 22.18 Quanto à capacitação técnico-profissional: Apresentar Atestado de Capacidade Técnica Profissional, expedido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, devidamente registrado junto ao CREA/CAU, que comprovem aptidão para desempenho de atividades pertinentes.
- 22.19 Certificado de Registro do licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU ou Conselho Regional dos Técnicos Industriais - CRT, compatível com o objeto da licitação;

Processo nº: 21.483/2024

Fls: _____ Rubrica: _____

- 22.20 a) No caso de a licitante vencedora apresentar o registro no CREA / CAU ou CRT de outro estado da Federação, será obrigatório a apresentação do visto no respectivo registro, pelo CREA-RJ ou CRT-RJ, no ato da assinatura do contrato.

23 SANÇÕES CONTRATUAIS

- 23.13 A empresa vencedora deverá obedecer aos critérios estabelecidos neste instrumento, além de observar qualquer outra cláusula disposta em qualquer outro instrumento vinculativo a contratante e a contratada, a sua não observância implicará em multas e advertências estabelecidas no artigo 155 da lei 14.133/2021.
- 23.14 O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato.
- 23.15 A multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas nesta Lei.
- 23.16 Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.
- 23.17 A inobservância, pela contratada, de cláusula ou obrigação constante deste Termo de Referência autorizará a contratante a aplicar-lhe as sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, ou seja:

I - Advertência;

II - Multa a ser cobrada segundo os seguintes critérios:

- Pela inexecução total do objeto do contrato, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal estimado dos serviços contratados;
- Pelo retardamento no início da prestação dos serviços contratados, multa diária de 1% (um por cento) sobre o valor estimado dos serviços em atraso até o 10º dia, data a partir da qual se caracterizará o inadimplemento absoluto
- Pela inexecução parcial, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor correspondente à parcela dos serviços não executados ou executados em desacordo com o presente contrato ou com as normas legais e infralegais aplicáveis à espécie;
- Pelo descumprimento de qualquer outra cláusula, que não diga respeito diretamente à execução do objeto do contrato, multa de 0,5% (meio ponto percentual) sobre o valor mensal estimado dos serviços contratados;
- Pela rescisão do contrato por culpa da contratada, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor mensal estimado dos serviços contratados.

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado

Processo nº: 21.483/2024

Fls: _____ Rubrica: _____

ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

- 23.18 As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste item, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
- 23.19 As sanções previstas nos incisos III e IV do item anterior poderão também ser aplicadas às empresas ou aos
- a) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

24 EXTINÇÃO CONTRATUAL

24.1 Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, os itens mencionados nos artigos 137 a 139, da lei 14.133/2021.

25 RESCISÃO CONTRATUAL

- 25.1O presente contrato poderá ser rescindido nas seguintes hipóteses, em conformidade com o disposto na Lei 14.133/2021 e suas regulamentações:
- 25.2profissionais que, em razão dos contratos regidos por esta Lei:
- a) Por mútuo acordo entre as partes, mediante prévia negociação e formalização por escrito;
 - b) Por descumprimento das obrigações estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato decorrente da licitação, observados os procedimentos legais;
 - c) Por inexecução total ou parcial do contrato enseja a rescisão;
 - d) Por interesse público, devidamente fundamentado pela Administração, mediante processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa.
- 25.3 Nos casos de rescisão contratual, serão observados os direitos e obrigações das partes estabelecidos na legislação vigente, bem como as cláusulas contratuais pertinentes.
- 25.4Em caso de rescisão por descumprimento das obrigações contratuais pelo contratado, este estará sujeito às sanções previstas na legislação, conforme estabelecido na cláusula correspondente deste Termo de Referência.

26 ESTIMATIVAS DE QUANTIDADE

CÓDIGO	ITEM	OBJETO	UNID.	QUANT. MÓDULOS	QUANTIDADE DE MESES
25640 - Catser	1	LOCAÇÃO DE MÓDULO AMBIENTE TIPO 1 - COMPOSTA POR CONTAINERS ACOPLADOS: Os módulos deverão seguir as seguintes dimensões mínimas (metros): Altura:	MÊS	30	12

Processo nº: 21.483/2024

Fls:_____ Rubrica:_____

		<p>2,450m x Largura: 2,250m x Comprimento: 6,000m. Total de 13,5m2 cada módulo.</p> <p>Os módulos/praticáveis deverão possuir isolamento termoacústico e ser totalmente desmontáveis, possibilitando sua relocação. suas partes são definidas como: sistema de apoio e nivelamento dos praticáveis; painéis de teto; painéis de piso; painéis de fechamento; painéis portas; instalações elétricas; sistema de climatização(split) Sistema de proteção contra descarga atmosférica, Sistema de proteção contra incêndio; Sanitário químico.</p> <p>COMPOSIÇÃO:</p> <p>Porta de Alumínio branca com dimensões de (0,90m x 2,10m) e seus contornos com acabamentos em alumínio e fechadura;</p> <p>Janelas de correr de vidro 1,00 x 1,00 m;</p> <p>Ponto de lâmpada, no teto. led Luminária dupla 02 tomadas 110 ou 220V - 02 interruptores;</p> <p>Pisos revestidos com manta Vinílica;</p> <p>Paredes em painéis sanduíche com revestimento de 50 mm em EPS Antichama;</p> <p>Telhado em 02 águas sobre os módulos;</p> <p>Quadro de proteção Elétrica DR - Interruptor de fuga, preparação para aterramento;</p> <p>Instalação de Aparelho de Ar condicionado split com a capacidade mínima de 12.000 BTU;</p> <p>Teto revestido internamente em MDF + EPS antichama</p>			
25640 – Catser	2	<p>LOCAÇÃO DE MÓDULO AMBIENTE TIPO 2 - COMPOSTA POR CONTAINERS ACOPLADOS:</p> <p>Os módulos deverão seguir as seguintes dimensões mínimas (metros): Altura: 2,450m x Largura: 2,250m x Comprimento: 6,000m. Total de 13,5m2 cada módulo.</p> <p>Os módulos/praticáveis deverão possuir isolamento termo-acústico e ser totalmente desmontáveis, possibilitando sua relocação. suas partes são definidas como: sistema de apoio e nivelamento dos praticáveis; painéis de teto; painéis de piso; painéis de fechamento; painéis portas; instalações elétricas; sistema de climatização(split)</p>	MÊS	9	12

Processo nº: 21.483/2024

Fls: _____ Rubrica: _____

		<p>Sistema de proteção contra descarga atmosférica, Sistema de proteção contra incêndio; Sanitário químico.</p> <p>COMPOSIÇÃO: 03 Portas de Alumínio branca com dimensões de (0,90m x 2,10m); 02 portas duplas de Alumínio branca com dimensões de (1,80m x 2,10m); 01 porta dupla bag bang de Alumínio branca com dimensões de (1,40m x 2,10m) e seus contornos com acabamento em Alumínio, ferragens e fechaduras; Janelas com dimensões de (0,90m x 1,00 m) fixados diretamente nos painéis, esquadrias confeccionadas em alumínio na cor branca; 12 pontos de tomadas dupla; 03 pontos de tomadas para ar condicionado e cabeamento para toda parte elétrica; 05 interruptores de três seções; 20 luminárias de led duplas 2 x 36 watts; 05 luminárias de emergência; 01 quadro de elétrico composto de DR, com disjuntores para os circuitos de tomadas, de ar condicionados e de iluminação; Ar condicionado split 60 mil btus cada; lavabos; mesa de bancada em inox (1,50m x 0,60m); mesa de bancada em inox com duas cubas acopladas (1,50m x 0,60m); -torneiras.</p>			
25640 – Catser	3	<p>LOCAÇÃO DE MÓDULO AMBIENTE TIPO 3 - COMPOSTA POR CONTAINERS ACOPLADOS - SANITÁRIOS: Os módulos deverão seguir as seguintes dimensões mínimas (metros): Altura: 2,450m x Largura: 2,250m x Comprimento: 6,000m. Total de 13,5m2 cada módulo; Os módulos/praticáveis deverão possuir isolamento termoacústico e ser totalmente desmontáveis, possibilitando sua relocação. suas partes são definidas como: sistema de apoio e nivelamento dos praticáveis; painéis de teto; painéis de piso; painéis de fechamento; painéis portas; instalações elétricas; sistema de climatização(split) Sistema de proteção contra descarga atmosférica, Sistema de proteção contra incêndio; Sanitário químico.</p>	MÊS	6	12

Processo nº: 21.483/2024

Fls:_____ Rubrica:_____

		<p>COMPOSIÇÃO MÓDULO SANITÁRIO (MASCULINO): Módulo com 03 janelas basculantes, 03 pontos de iluminação, 01 porta de acesso, 06 vasos sanitários, 02 mictórios, 03 lavatórios e toda instalação elétrica e hidráulica até a saída da unidade.</p> <p>COMPOSIÇÃO MÓDULO SANITÁRIO (FEMININO): Módulo com 03 janelas basculantes, 03 pontos de iluminação, 01 porta de acesso, 06 vasos sanitários, 03 lavatórios e toda instalação elétrica e hidráulica até a saída da unidade</p>			
--	--	---	--	--	--

• **OBS:** Para o cálculo da quantidade a ser registrada, foi considerado o projeto da planta constante no Anexo I, levando-se em conta um percentual de 10% de acréscimo sobre o quantitativo previsto. Esse percentual tem como objetivo cobrir eventuais necessidades de expansão ou ajustes na planta, conforme o andamento da obra ou reforma no Hospital Municipal Porfírio Nunes de Azeredo (HMPNA). A inclusão deste acréscimo visa garantir a flexibilidade necessária para atender a possíveis demandas imprevistas que possam surgir durante a execução dos trabalhos, assegurando a continuidade e a qualidade da obra. o longo da vigência da ATA de **REGISTRO DE PREÇO**.

27 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

27.1O valor estimado da contratação será definido posterior a pesquisa de mercado realizada pelo Departamento de Compras, setor responsável por essas informações, conforme regulamento do município.

28 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A contratação será atendida pela seguinte dotação:

SMS	Fonte de Recursos:	15002
	Programa de Trabalho:	16.020.10.302.0015.2.178
	Elemento de Despesa:	3.3.90.39.10

Saquarema, 04 de abril de 2025.

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Processo nº: 21.483/2024

Fls: _____ Rubrica: _____

Victoria Verissimo Cunha

Matrícula: 10.177

Fundo Municipal de Saúde

Caroline Oliveira Costa da Silva

Matrícula: 932097

Fundo Municipal de Saúde

Gabriel Nascimento Machado

Matrícula: 9.262

Fundo Municipal de Saúde

Thayane do Nascimento Silveira

Matrícula: 954.594

Fundo Municipal de Saúde

AUTORIDADE MÁXIMA

João Alberto Teixeira Oliveira

Matrícula: 80.101

Secretário Municipal de Saúde

Ordenador de despesa do FMS

Processo nº: 21.483/2024
Fls:_____ Rubrica:_____

ANEXO I